

## A MODALIZAÇÃO NO GÊNERO TEXTUAL/DISCURSIVO RELATÓRIO: UMA ESTRATÉGIA SEMÂNTICO- ARGUMENTATIVA

---

*Erivaldo Pereira do Nascimento<sup>1</sup>*  
*Silvana Lino Batista<sup>2</sup>*

**Resumo:** O presente trabalho apresenta resultados de uma investigação realizada sobre a estrutura semântico-argumentativa do gênero textual/discursivo *Relatório*, um dos textos do universo empresarial/oficial. Para fundamentar a investigação, utilizamos como suporte teórico-metodológico as Teorias da Argumentação na Língua, de Oswald Ducrot (1988) e colaboradores, e da Modalização, a partir de Castilho e Castilho (1993), Neves (2000) e Nascimento (2005). Essas teorias explicam como um locutor, ou responsável pelo discurso, utiliza a linguagem para expressar posicionamentos e agir com relação a seu interlocutor, a fim de expressar determinadas intenções ou obter determinados objetivos. O *corpus* da pesquisa foi extraído da Internet e trata-se de relatórios produzidos por conselhos, associações, empresas públicas e privadas. Inicialmente, foram identificados os elementos linguístico-discursivos que demarcam argumentatividade no texto e, em seguida, foi descrito seu funcionamento semântico-discursivo, a fim de identificar que efeitos de sentido foram gerados a partir da utilização desses elementos. A investigação revelou que um dos principais recursos que assinalam argumentatividade no gênero relatório é o uso de modalizadores discursivos, pelo menos no *corpus* investigado, e que esses são utilizados a fim de gerar diferentes efeitos de sentido e veicular diferentes posicionamentos nos enunciados em que aparecem.

**Palavras-chave:** Argumentação. Modalização. Gênero relatório.

---

<sup>1</sup> E-mail: erypn@hotmail.com

<sup>2</sup> E-mail: silvana\_mme@yahoo.com.br

## THE MODALIZATION IN THE REPORT TEXTUAL/DISCURSIVE GENRE: A SEMANTIC- ARGUMENTATIVE RESOURCE

---

*Erivaldo Pereira do Nascimento*<sup>1</sup>

*Silvana Lino Batista*<sup>2</sup>

**Abstract:** This work presents some results of an investigation about the argumentative-semantic structure of the discourse genre called report. The theoretical reference used to ground this research is composed by the *Argumentation Theory in the Language* by Ducrot and collaborators (1988) and by the *Modalization Theory* which is based in Castilho and Castilho (1993), Nascimento (2005) and Koch (2000), among others. These theories explain how a locutor, the one who is responsible for the discourse, can use language in order to express point of views and also to persuade his/her interlocutors, expressing his/her intentions and objectives. The *corpus* of this investigation was collected on the internet and it is composed by reports from councils, associations, public and private companies. First, it has been identified the discursive-linguist elements that shows argumentation inside the text, and then it has been described their functioning in order to identify the meaning effects produced by their use. The research showed that the discursive modalizers are one of the most common argumentative resources presented in the report genre, at least in the studied *corpus*. It also showed this resource is used to make different meaning effects and to convey different point of views in the sentence where they were used.

**Keywords:** Argumentation. Modalization. Report Textual Genre.

---

<sup>1</sup> E-mail: erypn@hotmail.com

<sup>2</sup> E-mail: silvana\_mme@yahoo.com.br

## 1 INTRODUÇÃO

---

O uso que realizamos da língua nas nossas interações diárias, em todos os tipos de contexto, é sempre permeado por intenções ou objetivos. A intencionalidade está tão presente nas interações verbais que se materializa na própria estrutura da língua, como afirma Ducrot (1988).

É com base no pressuposto de que a língua é por natureza argumentativa, como o uso que dela fazemos (ESPÍNDOLA, 2004), que é possível afirmar que os diferentes gêneros textuais/discursivos, independente do universo social em que estejam inseridos, são permeados pela argumentatividade e/ou pela intencionalidade.

Desconsiderando esse pressuposto, muitos manuais de redação técnica apontam que os gêneros de textos produzidos nas esferas empresarial e oficial devem ser objetivos, desconsiderando as características semântico-argumentativas com que são tecidos os diferentes gêneros que circulam nessas esferas. Isso ocorre, por conseguinte, com o gênero textual/discursivo *Relatório*.

Por conta disso, este trabalho objetiva descrever a estrutura semântico-argumentativa do gênero relatório, com o intuito de desmistificar essa pretensa objetividade pregada pelos manuais de redação. Trata-se de uma investigação ligada ao projeto intitulado “Estudos Semântico-Argumentativos de Gêneros do Discurso: redação escolar e gêneros formulaicos (ESAGD)”, financiado com recursos do CNPq e executado na Universidade Federal da Paraíba.

Os relatórios que compõem o *corpus* investigado tratam de assuntos diversos e foram coletados na rede mundial de computadores. Dos textos coletados, foram selecionados 10 textos produzidos por conselhos, associações, empresas públicas e privadas, para comporem o objeto de estudo da investigação.

Em nossa investigação, detectamos que a argumentação está mais presente no gênero através dos modalizadores discursivos. Verificamos o funcionamento desses recursos argumentativos nos relatórios analisados e percebemos que tais recursos foram utilizados com diferentes intenções e provocam diversos efeitos de sentido nos enunciados em que aparecem.

Este trabalho teve como base as teorias da Argumentação na Língua, de Ducrot (1988) e colaboradores, e a Teoria da Modalização, sobretudo a partir de Castilho e Castilho (1993), Neves (2002), Koch (2000) e Nascimento (2005). Essas teorias são trabalhadas em conjunto porque as consideramos como complementares e também porque os modalizadores são por aqui tratados como elementos semântico-discursivos que imprimem argumentatividade no discurso.

O estudo da argumentação no gênero relatório tornou-se produtivo porque nos permitiu detectar de que maneira um locutor pode conduzir seu interlocutor, num texto aparentemente objetivo, para determinados fins.

## **2 TEORIAS DA ARGUMENTAÇÃO E DA MODALIZAÇÃO**

---

Oswald Ducrot (1988) e seus colaboradores foram quem introduziram o conceito de argumentação inerente à língua humana, criando a Teoria da Argumentação na Língua.

A Teoria da Argumentação na Língua não aceita a língua como um conjunto de estruturas e regras independentes de todo contexto e enunciação. Para Ducrot, a língua é um conjunto de frases que serve para construir discursos. O uso da linguagem é essencialmente argumentativo e a argumentatividade está intrínseca à língua. Ducrot (1988) afirma que a língua possui, em sua gramática, mecanismos que permitem indicar a orientação argumentativa dos enunciados, são esses mecanismos que se costuma denominar marcas linguísticas da enunciação ou argumentação.

Para essa teoria, frase e enunciado são conceitos distintos. A frase é uma entidade teórica, é uma construção do linguista que serve para explicar a infinidade de enunciados; o enunciado é uma das ocorrências da frase (DUCROT, 1988, p.56). Por essa razão, sentido e significação também são distintos. Sentido é o valor semântico do enunciado e significação, o valor da frase.

Ducrot (1988, p.54) ainda estabelece uma regra para determinar o que é um enunciado: se o segmento  $S_1$  tem sentido somente a partir de um segmento  $S_2$ , então a sequência  $S_1 + S_2$  constitui o mesmo enunciado.

O discurso, para a Teoria da Argumentação na Língua (TAL), está composto por uma sucessão de enunciados, enquanto a língua é o resultado da soma de todas as suas possíveis frases.

Em sua TAL, Ducrot e colaboradores começaram a identificar e distinguir os valores argumentativos na língua e perceberam que diferentes elementos linguísticos determinam e inserem a argumentação na estrutura semântica da frase. Entre esses recursos estão os modalizadores discursivos, segundo Nascimento (2009).

Como já foi assinalado, a Teoria da Modalização (TM) é aqui retomada como uma Teoria análoga à Teoria da Argumentação na Língua (TAL), já que o fenômeno da modalização aqui é tratado a partir de uma concepção argumentativa da língua. Assim a TM é utilizada para explicar determinados fenômenos que a TAL não consegue explicar com propriedade.

Ingedore Koch (2000, p.72) afirma que, na estruturação do discurso, a relação entre os enunciadores é comumente projetada através de certas relações de modalidade e ainda acrescenta que o locutor manifesta suas intenções e atitudes diante do enunciado, através de diferentes atos ilocucionários de modalização<sup>1</sup>.

Castilho e Castilho definem modalização como o termo que expressa um julgamento do falante perante uma proposição (1993, p.217). Esses autores classificam as modalizações em *epistêmica, deôntica e afetiva*.

I - Modalização Epistêmica: é aquela que expressa uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição. Ela subdivide-se em três classes:

- a) Os asseverativos: São os modalizadores que indicam que o falante considera verdadeiro o conteúdo da proposição. Através desses modalizadores o locutor revela um alto grau de certeza em relação ao conteúdo do enunciado e se compromete com o dito. São asseverativos: realmente, evidentemente, naturalmente, efetivamente, claro, certo, de jeito nenhum, de forma alguma etc.
- b) Os quase-asseverativos: são os modalizadores que indicam que o falante considera o conteúdo da proposição quase certo, logo como algo provável ou possível. São quase-asseverativos: talvez, assim, possivelmente, provavelmente, eventualmente etc. Convém assinalar que os modalizadores epistêmicos quase-asseverativos criam um efeito de atenuação do valor de verdade do conteúdo do enunciado, pois há um baixo grau de adesão do falante em relação a seu conteúdo.
- c) Os delimitadores: São os modalizadores que estabelecem os limites dentro dos quais se deve aceitar o conteúdo do enunciado como verdadeiro. Alguns delimitadores são: quase, um tipo de, uma espécie de, biologicamente, tecnicamente etc.

II - Modalização Deôntica: Castilho e Castilho (1993, p.222) afirmam que esses são os modalizadores que “indicam que o falante considera o conteúdo como um estado de coisas que precisa ocorrer obrigatoriamente” e apontam como deônticos: obrigatoriamente, necessariamente etc.

Neves (2000, p.62), por sua vez, comprova que, na língua portuguesa, há verbos que se constroem com outros para modalizar os enunciados, indicando não só obrigatoriedade, mas também possibilidade e, por essa razão, classifica a modalização deôntica em dois tipos, a saber:

- a) Necessidade Deôntica (obrigatoriedade): Ao utilizar esse modalizador, o locutor estabelece uma obrigatoriedade em relação ao conteúdo do enunciado, a exemplo do verbo dever.

---

<sup>1</sup> Neste trabalho, tomamos os termos modalização e modalidade um pelo outro, por considerarmos que ambos se referem a um mesmo fenômeno, do ponto de vista semântico-argumentativo.

- b) Possibilidade Deôntica (permissão): Ao utilizar esse modalizador, o locutor não estabelece uma obrigatoriedade em relação ao conteúdo do enunciado, mas dá uma permissão para que ele aconteça, ou ainda, apresenta-o como algo facultativo (NASCIMENTO, 2010). O enunciado “Você *pode* fumar no ônibus”, retirado de Neves (2000), demonstra esse tipo de modalizador, utilizado não dá uma ordem, mas uma permissão para que o conteúdo da proposição ocorra.

III - Modalização Afetiva (Avaliativa): de acordo com Castilho e Castilho (1993, p.223), a modalização afetiva é a que “verbaliza as reações emotivas do falante em face do conteúdo proposicional, deixando de lado quaisquer considerações de caráter epistêmico ou deôntico”. No entanto preferimos usar o termo *avaliativa*, por entender que mais do que revelar um sentimento ou emoção do locutor em função da proposição ou enunciado, esse tipo de modalização indica uma avaliação da proposição por parte do falante, “emitindo um juízo de valor e indicando, ao mesmo tempo, como o falante quer que essa proposição seja lida” (NASCIMENTO, 2005, p.64). Advérbios como *infelizmente*, *sinceramente*, verbos *dicendi* como *acusar*, etc. veiculam esse tipo de modalidade.

### **3 O GÊNERO TEXTUAL/DISCURSIVO RELATÓRIO**

---

O gênero *Relatório* é tratado em vários manuais de correspondência e redação comercial e científica como aquele adequado à exposição de fatos ou fenômenos de uma instituição pública ou privada que precisa ser relatada a uma autoridade, um grupo de sócios, uma instituição etc. Esses manuais apresentam definições acerca do gênero e dão instruções de como os redatores devem proceder ao produzi-lo.

Beltrão e Beltrão (2005, p.329) afirmam que relatório é um texto através do qual fazemos a exposição de ocorrências ou da execução de serviços. Os autores ainda enfatizam que o relatório deve ser baseado em um fato real. É preciso ser cuidadoso ao descrevê-lo e interpretá-lo.

Para que sejam classificados, os autores consideram três classes para os relatórios: o número de signatários, ou seja, se é endereçado para uma ou mais pessoas; a periodicidade, ou seja, normal, que surge regularmente ou eventual, que tem um surgimento irregular. Por último, o fim, tantos tipos quantos forem os objetivos: pesquisa, jurídico, econômico, científico etc.

Medeiros (2006, p.143) afirma que o relatório é “a comunicação em que se expõe a ocorrência de fatos a alguém que deseja ser informado”. O

autor chama a atenção para a necessidade de se conhecer bem o interlocutor, uma vez que a linguagem deve se adequar a esse:

Como o receptor do relatório deve ser levado em consideração, torna-se necessário conhecê-lo bem, pois a linguagem deve variar em conformidade com o receptor. Se o vocabulário e a sintaxe utilizada forem excessivamente complexos para o destinatário, a comunicação não se estabelecerá. (MEDEIROS, 2006, p.143)

O autor acrescenta que o conhecimento dos fatos não é suficiente para se escrever um bom relatório e chama a atenção para o fato de que todo relatório tem um objetivo predeterminado e específico.

Aquele a quem se dirige o relatório é o fator mais importante a ser considerado. O receptor, ou o destinatário, pode ser uma pessoa ou um grupo. Torna-se necessário, portanto, conhecer bem quem irá utilizar o relatório e não perder de vista como será utilizado: servirá para atualizar um arquivo? Poderá ajudar a resolver um problema? (MEDEIROS, 2006, p.144)

No que diz respeito à linguagem dos relatórios, as instruções dos manuais é que se utilize a terceira pessoa do singular, com frases curtas e vocabulário simples, observando-se sempre a quem esse se destina. Os manuais dão uma série de regras e normas, chegando a determinar uma quantidade média de palavras para cada frase: entre 10 e 15 palavras por enunciado.

No entanto, basta uma rápida olhada em alguns relatórios administrativos e acadêmicos para perceber que a própria distribuição e seleção de informações já se constituem em uma marca de subjetividade.

Os manuais apresentam diferentes tipologias para os relatórios, tomando sempre como critério a finalidade ou o objetivo de cada tipo de relatório. Beltrão e Beltrão (2005) chegam a enumerar 14 diferentes tipos. Como não é o nosso objetivo discutir tipologia, neste trabalho, vamos nos limitar, agora, a apresentar a análise dos elementos argumentativos presentes nos relatórios analisados. No entanto, assinalamos que em nenhum dos manuais consultados se fala na presença de argumentatividade nesse gênero textual/discursivo. Pelo contrário, os manuais são construídos no sentido de orientar para uma pretensa objetividade, com normas de padronização textual, vocabular e gramatical.

## 4 METODOLOGIA E ANÁLISE: OS MODALIZADORES NO GÊNERO RELATÓRIO

---

Analisamos, a seguir, a presença dos modalizadores discursivos no gênero textual/discursivo *Relatório*. Trata-se de uma investigação de natureza qualitativa, em que descrevemos o funcionamento semântico-argumentativo dos modalizadores presentes nos textos objetos de investigação. Por essa razão, apesar de quantificarmos a ocorrência dos modalizadores no *corpus*, o nosso foco será na observação dos efeitos de sentido gerados pelo uso desses elementos nos textos analisados.

Ressaltamos que o *corpus* que compõe a pesquisa foi coletado na Internet, no site oficial de conselhos e empresas públicas e privadas. Selecionamos 10 relatórios para serem analisados, considerando a presença de elementos argumentativos, sua pertinência e o conteúdo veiculado.

Ao analisarmos os textos, foi detectado que os modalizadores discursivos funcionam como uma estratégia argumentativa frequente nos relatórios. Após detectar esse fenômeno, foi feito o levantamento de todos os modalizadores presentes em todo o *corpus*. Em seguida, analisamos o funcionamento e classificamos cada um deles, para, por fim, descrever seus efeitos de sentido no texto. Todo esse trabalho teve como base as propostas de análise dos autores estudados, sobretudo Castilho e Castilho (1993), Nascimento (2005) e Koch (2000).

Neste artigo, não transcreveremos a descrição de todos os textos analisados, mas apenas um trecho de cada tipo de modalizador encontrado, como exemplificação do que encontramos em todo o *corpus*. Vale ressaltar que foram analisados os relatórios por completo.

No interior de cada trecho, assinalamos com sublinhado a presença dos modalizadores e, em seguida, descrevemos seu funcionamento, classificando-o e identificando os efeitos de sentido gerados no enunciado.

Tomamos o cuidado de não identificar o nome das pessoas que assinam os relatórios, por uma questão de natureza ética.

---

### 4.1 MODALIZAÇÃO EPISTÊMICA ASSEVERATIVA

---

#### 4.1.1 TRECHO 1

---

Após a apresentação da nova proposta, o coordenador da bancada dos empregadores, Sr. Milton Tito, afirmou que a nova redação não atende às demandas do setor empresarial, pois ainda está muito distante da

proposta apresentada pelos empregadores que entende que a abrangência da atividade portuária deve ser aquela do trabalho avulso. RELATÓRIO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO EM ASSUNTOS TRABALHISTAS (CEATAL)

No enunciado acima o falante imprime seu comprometimento com a verdade, ao modalizar o enunciado “que a nova redação não atende às demandas do setor empresarial”, através do verbo “afirmar”. Trata-se de um verbo *dicendi* com valor argumentativo, utilizado pelo locutor do relatório para modalizar o discurso de um segundo locutor, Sr. Milton Tito. O locutor primeiro (responsável pelo relatório) apresenta o discurso do segundo locutor como algo verdadeiro ou certo, uma vez que afirmar = dizer + certeza. Logo temos um modalizador epistêmico asseverativo.

---

## 4.2 MODALIZAÇÃO EPISTÊMICA QUASE-ASSEVERATIVA

---

### 4.2.1 TRECHO 2

---

Assim sendo, o Sr. Raimundo Kappel, indagou se é possível considerar que todos os trabalhadores que exercem sua atividade profissional dentro dessas três categorias de porto devem ser considerados trabalhadores portuários. RELATÓRIO DA 2ª REUNIÃO DA COORDENAÇÃO-EXECUTIVA DA 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES

No enunciado acima, o locutor responsável por um trecho do enunciado, doravante Sr. Raimundo Kappel, expressa falta de conhecimento; ele apresenta formas de modalizar o discurso que permitem expressar a dúvida ou possibilidade. Ao utilizar a expressão modalizadora “se é possível”, o falante distancia-se do texto, não se comprometendo integralmente com o conteúdo enunciado “considerar que todos os trabalhadores que exercem suas atividades são portuários”. É exatamente por expressar a dúvida que é feita a indagação. Conforme apontam Castilho e Castilho (1993), no campo da incerteza, o falante revela um conhecimento que está “próximo à verdade, como uma hipótese que depende de confirmação, e por isso mesmo ele se isenta de toda responsabilidade sobre a verdade ou a falsidade” (CASTILHO & CASTILHO, 1993, p.221).

---

### 4.3 MODALIZAÇÃO EPISTÊMICA DELIMITADORA

---

#### 4.3.1 TRECHO 3

---

Também considerou-se que não correspondia, dentro do mandato da CEATAL, fazer declarações de natureza puramente política. RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA NO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP

No enunciado acima, a expressão ‘de natureza puramente política’ é utilizada pelo locutor do enunciado para estabelecer os limites dentro dos quais se deve considerar o conteúdo do enunciado “Também considerou-se que não correspondia, dentro do mandato da CEATAL, fazer declarações”. Trata-se de uma modalização epistêmica delimitadora.

---

### 4.4 MODALIZAÇÃO DEONTICA

---

#### 4.4.1 TRECHO 4

---

Em relação à negociação coletiva, a bancada dos trabalhadores entende que deve ser de âmbito nacional e realizada de forma articulada entre os sindicatos laborais e organizações patronais com personalidade reconhecida. RELATÓRIO DA 3ª REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DOS PORTUÁRIOS

No trecho acima notamos que o enunciado está deonticamente demarcado pelo verbo ‘dever’, determinando que a negociação coletiva “deve” ser de âmbito nacional. Ao utilizar esse verbo modalizador, o locutor expressa a obrigatoriedade da negociação coletiva ser de âmbito nacional e realizada, de forma articulada entre os sindicatos laborais e organizações patronais com personalidade reconhecida. Neste sentido, percebemos o desejo do falante de atuar fortemente sobre o interlocutor, levando-o a realizar “um estado de coisas que deve, e precisa ocorrer obrigatoriamente” (CASTILHO & CASTILHO, 1993, p.221), de maneira a levar o interlocutor a agir em seu favor, ou pensar de tal maneira, sem que haja questionamento. Portanto, trata-se de um caso de modalização deontica de obrigatoriedade.

---

## 4.5 MODALIZAÇÃO AVALIATIVA

---

### 4.5.1 TRECHO 5

---

Pela bancada dos empregadores o Sr. Milton Tito argumentou que a greve no sistema portuário deve ser regulamentada da mesma forma que a greve nas atividades essenciais [...].RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA NO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP

No enunciado acima, o falante utiliza o verbo *dicendi* “argumentou” para modalizar o enunciado “a greve no sistema portuário deve ser regulamentada da mesma forma que a greve nas atividades essenciais”. Na verdade, através dessa estratégia, o locutor responsável pelo relatório (L1) avalia o discurso de um segundo locutor (O Sr. Milton Tito), dizendo que esse discurso deve ser lido como um argumento. Em outras palavras, L1 indica para o interlocutor que o discurso do segundo locutor (Sr. Milton Tito) deve ser lido como um argumento. Portanto há uma modalização avaliativa.

---

## 4.6 CO-OCORRÊNCIA DA MODALIZAÇÃO DEÔNTICA COM EPISTÊMICA

---

### 4.6.1 TRECHO 6

---

a) O lançamento da 3ª Conferência deverá, se possível, ser realizado com a participação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia nacional, conforme deliberação do plenário do Conselho das Cidades, no dia 06/12/2006. RELATÓRIO DA 3ª REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DOS PORTUÁRIOS

Há no trecho acima dois modalizadores diferentes: um deôntico e outro epistêmico quase-asseverativo. A modalização deôntica é expressa pelo verbo *deverá*, que indica que o conteúdo da proposição “O lançamento da 3ª conferência ser realizado com a participação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva” deve ser lido como uma obrigatoriedade. No entanto, essa obrigatoriedade é condicionada através da expressão *se possível*, que estabelece uma possibilidade – é possível que Lula possa participar, mas não é certo. A co-ocorrência da modalização deôntica com a quase-asseverativa funciona como uma estratégia argumentativa bastante peculiar – o locutor dá uma ordem, condicionando-a. A condição (ou possibilidade), não anula a obrigatoriedade expressa pelo verbo *deverá* – se Lula puder participar do evento, é obrigatório que o lançamento seja

realizado com sua presença. Portanto, nesse enunciado, temos uma modalização deôntica de possibilidade.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

---

Argumentar por meio da linguagem significa, entre outras coisas, buscar a aceitação do interlocutor, a respeito de determinados posicionamentos. O interlocutor é conduzido a uma determinada conclusão, a fim de aceitar uma ideia específica defendida pelo locutor, realizar uma ação ou predispor-se a realizá-la.

A Teoria da Argumentação e da Modalização explica como, em um enunciado, o locutor responsável pelo discurso imprime determinadas avaliações e indicações de como quer que seja lido seu texto, manifestando assim suas intenções e atitudes.

As análises feitas a respeito da presença de nos relatórios descritos mostram de que maneira se forma uma estratégia argumentativa no gênero, e isso é importante não só para verificar as intenções do locutor responsável pelo discurso, mas também determinar a própria caracterização do gênero.

Na presente pesquisa identificamos os três diferentes tipos de modalização (epistêmica, deôntica e avaliativa) produzindo diferentes tipos de sentidos, confirmando que a modalização, no relatório, se processa, principalmente, para imprimir pontos de vistas do locutor, a respeito do que está sendo enunciado, e também para que esse aja em função do seu interlocutor, muitas vezes decidindo como o interlocutor deve responder à enunciação.

Os Modalizadores de natureza epistêmica presentes no *corpus* correspondem a 28 ocorrências (asseverativos, quase-asseverativos e delimitadores). De maneira geral, os modalizadores epistêmicos expressam uma avaliação do falante perante o conteúdo proposicional, avaliação essa que pode exprimir certeza ou confirmação da proposição, no caso dos *asseverativos*, ou matizes de dúvida, incerteza, no caso dos *quase-asseverativos*; os *delimitadores*, por sua vez, especificam os limites dentro dos quais a informação contida no conteúdo proposicional deve ser entendida. Os *asseverativos* se diferenciam dos *quase-asseverativos* em termos do *grau de comprometimento do falante*, porquanto se L utiliza um *asseverativo*, o seu grau de comprometimento para com o conteúdo proposicional é maior do que se ele utiliza um *quase-asseverativo*. Já o modalizador epistêmico delimitador aparece poucas vezes nos *corpus* coletado, talvez porque os relatórios relatam reuniões e atividades

específicas de determinados setores ou instituições, sem a necessidade dos delimitadores.

A respeito da Modalização Deontica e da Avaliativa presentes no *corpus*, estas correspondem a 52 ocorrências, entre verbos, verbos modais, adjetivos etc. Ao utilizar a modalização *avaliativa*, o locutor deixa expresso para o seu interlocutor como ele se sente diante do que está sendo dito, expressando o ponto de vista em face do conteúdo do enunciado e em face da interlocução; também funciona como meio de persuadir e emitir juízo de valor. Isso corrobora o que fala Nascimento (2005, p.64) a respeito desses modalizadores: “O locutor responsável pelo enunciado imprime o modo como esse deve ser lido ao mesmo tempo em que emite juízo de valor ou uma avaliação sobre o conteúdo da proposição”.

Com relação aos modalizadores deonticos, há elementos da análise que precisam ser considerados: os modalizadores voltados para a obrigação e proibição. Nesse sentido, percebemos que não é o teor da verdade nem as condições da verdade que estão em jogo, como ocorre na modalização epistêmica, mas sim o desejo do falante de atuar fortemente sobre o interlocutor, levando-o a realizar um estado de coisas a seu favor (do interlocutor), ou seja, o locutor conduz o leitor para que ele aja ou pense de tal maneira, sem que haja questionamento.

E outro fenômeno que apareceu nas análises dos relatórios foi o da co-ocorrência da modalização deontica com a quase-asseverativa: no trecho 14 do Relatório da ADUFPB da reunião sobre carreira no MPOG, há uma estratégia argumentativa bastante peculiar, em que o locutor dá uma ordem, condicionando-a, ou seja, faz uso da condição (ou possibilidade), mas não anula a obrigatoriedade expressa pelo verbo *dever*.

A tabela abaixo sumariza os dados apresentados a respeito da ocorrência dos modalizadores no *corpus*:

Tabela 1 – Ocorrência da modalização

Modalização	Ocorrência	Porcentagem
Epistêmica	28	35 %
Deontica	34	42 %
Avaliativa	16	20%
Co-ocorrência de Deontica com Epistêmica	2	3%
<b>Total</b>	80	100%

Pelos dados da tabela, observa-se que os modalizadores epistêmicos aparecem de maneira equilibrada e denotam, por parte do locutor, ora comprometimento, ora não comprometimento com o dito. Outra estratégia, como se pode verificar, é a modalização deontica que aparece em absoluto

nas ocorrências, e assinalamos ainda que a informação é colocada no texto com destaque para a obrigatoriedade. Já a modalização avaliativa aparece em menor quantidade em relação aos outros modalizadores, o que parece revelar, a princípio, uma preocupação em evitar juízos de valor ou avaliações pessoais a respeito do conteúdo do relato.

Fazer uso dos modalizadores é um meio de que o locutor se utiliza para conduzir o interlocutor durante o processo de comunicação, qualquer que seja esse interlocutor, para o fim ou os fins que ele (locutor) pretende alcançar. Desse modo comprovamos que o texto não é neutro, nem imparcial, e que podemos perceber intenções do locutor através das marcas linguísticas presentes nos enunciados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Nas investigações dos relatórios, observamos que a linguagem é um meio de interação e que a intencionalidade permeia todas as relações com a linguagem. Por isso o locutor utilizou estratégias argumentativas diversas para indicar como o que estava sendo dito deveria ser lido. Dentre essas estratégias pudemos identificar os diferentes tipos de modalizadores presentes nos enunciados.

Este trabalho nos auxilia a entender melhor o funcionamento desses mecanismos linguísticos, verificando, por meio de sua utilização, como se manifestam as intenções dos locutores do gênero relatório. A conclusão que se pode tirar da investigação realizada, a respeito do relatório, é que se trata de um gênero do discurso no qual a utilização de modalizadores discursivos denuncia a presença da subjetividade e da intersubjetividade. É, portanto, característica semântico-argumentativa do próprio gênero.

As investigações corroboram as proposições dos estudiosos consultados, mas acrescenta algo relevante, que é a possibilidade de perceber de maneira específica como os modalizadores são utilizados por um locutor para imprimir argumentatividade em um gênero textual/discursivo. O gênero nos permitiu enxergar de maneira bastante explícita como o locutor se vale da argumentação para apresentar seu ponto de vista; enxergamos também de que maneira o locutor se compromete ou não com o que está sendo dito.

Ainda nos permitiu refletir sobre a impossibilidade da neutralidade no relato. Explicamos: de acordo com os manuais de redação, o relatório é um texto escrito com discricção, sua função básica é a de relatar um fato, se possível sem se comprometer com o conteúdo, porém o que podemos afirmar, a partir da investigação, é que, mesmo com toda essa pretensa impessoalidade, o locutor está sempre se envolvendo direta ou

indiretamente com o conteúdo e direcionando argumentativamente os enunciados para a forma como ele quer que o seu texto seja lido.

Ao relatar uma ocorrência, transcrever decisões tomadas, relatos e pontos de vista, o locutor também vai imprimindo sua própria visão a respeito do que está sendo relatado. A escolha dos modalizadores mostra não somente pontos de vista do locutor, mas assinala um modo como o locutor quer que os acontecimentos e fatos relatados sejam lidos por seus possíveis interlocutores.

Portanto, está mais uma vez comprovada a hipótese de que onde existe comunicação existe argumentação: em todo e qualquer texto que se produz, há sempre uma intenção e direcionamentos argumentativos. É também por esta razão que se afirma que a língua (e o uso que dela fazemos) é fundamentalmente argumentativa (DUCROT, 1988).

## REFERÊNCIAS

---

BELTRÃO; Odacir, BELTRÃO Mariúsa. **Correspondência Linguagem e Comunicação**: Oficial, Empresarial, Particular. São Paulo: Atlas, 2005. 23ª Ed. 5º Cap. p. 125-129)

CASTILHO, A.T.; CASTILHO, C.M.M de. Advérbios Modalizadores. IN: ILARI, Rodolfo (org) **Gramática do Português Falado**. Vol. II: Níveis de Análise Lingüística. 2ª Edição. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

CERVONI, Jean. **A Enunciação**. São Paulo: Ed. Ática S.A.,1989.

DUCROT, Oswald. **Polifonia y Argumentación**: Conferencias del Seminario Teoria de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Valle, 1988.

ESPÍNDOLA, Lucienne Claudete. Retórica e Argumentação. In: SILVA, Joseli Maria da; ESPÍNDOLA, Luciene Claudete. (orgs). **Argumentação na Língua: da pressuposição aos topoi**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

\_\_\_\_\_. **“NÉ”, (EU) “ACHO” (QUE) E “AÍ”**: Operadores Argumentativos no Texto Falado. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1988. (tese de doutorado)

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e Linguagem**. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_. **A Interação pela Linguagem**. 5ª edição. São Paulo: Contexto, 2000.

MEDEIROS, João Bosco. **Correspondência**: técnicas de Comunicação criativa. 18ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

\_\_\_\_. **Redação Científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 7 ed. – 2 reimpr. São Paulo: Atlas, 2006b.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. **Jogando com as vozes do outro**: argumentação na notícia jornalística. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

\_\_\_\_. **Jogando com as vozes do outro**: A Polifonia – recurso modalizador-na notícia jornalística. João Pessoa: UFPB, 2005. (Tese de doutorado)

NEVES, Maria Helena de Moura; **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.